

16

MARÇO 2024

#INPUT

REVISTA

DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

A VISÃO DOS EMPRESÁRIOS DE PENAFIEL SOBRE O NOVO CICLO POLÍTICO EM PORTUGAL



Empresários Locais Sugerem Medidas no Novo Ciclo Político que Permitam o Crescimento das suas Empresas



Formação AEP entregou Certificados e Diplomas aos seus Formandos que Terminaram os Cursos em 2023



Análise: Diminuir a Carga Fiscal no Tecido Empresarial Português para Fortalecer a sua Competitividade



#INPUT

Revista da Associação Empresarial de Penafiel

Edição nº 16

Trimestral

Março de 2024

Edição e Propriedade

Associação Empresarial de Penafiel

Rua D. António Ferreira Gomes, 1324

4560-230 Penafiel

255 718 020

geral@aepenafiel.pt

www.aepenafiel.pt

Coordenação Editorial

Associação Empresarial de Penafiel

Design e Fotografia

Associação Empresarial de Penafiel

Impressão

Involgar Artes Gráficas

Tiragem

5000 Exemplares / Distribuição Gratuita



“

O país não precisa de quem diga o que está errado; precisa de quem saiba o que está certo.

Agustina Bessa-Luís

”

Índice

Input do Colunável	03
Pedro Cunha, Diretor da Associação Empresarial de Penafiel	
Input do Associado	04
Empresários de Penafiel Apontam para Medidas Fiscais e Laborais para o Novo Ciclo Político que permitam o Crescimento das Empresas	
Input Eventos	08
Área da Formação Entrega Certificados e Diplomas de Sete Cursos EFA e Dois de Sistema de Aprendizagem Concluídos em 2023	
Input Económico	10
A Carga Fiscal: Baixar para se Subir	
Input Jurídico	12
A Autoridade para as Condições do Trabalho e os Prestadores de Serviços	
Input Formação	13
Cursos da Formação não Financiada	
Input Centro Qualifica	14
Centro Qualifica da AEP Muda Vida Profissional de Adultos que Escolhem a Equipa para Investir na sua Formação	
Input Erasmus +	15
Formandos da AEP vão Participar no Projeto "Waste Warriors"	

INPUT

DO COLUNÁVEL

Pedro Cunha, Diretor da Associação Empresarial de Penafiel



Novo ciclo político: sinal de oportunidade ou de maior instabilidade?

É sobejamente sabido que vivemos atualmente tempos de grande incerteza e de irreversível alteração do nosso panorama económico-social.

Depois de um longo e conturbado período pandémico, deparamo-nos agora com a deflagração de dois graves conflitos globais sem fim à vista que continuam a provocar fortes constrangimentos nos diversos setores que influenciam as decisões do nosso dia-a-dia, não só enquanto cidadãos mas sobretudo enquanto agentes económicos (ainda recentemente, com a crise no Mar Vermelho, assistimos a um aumento de cerca de 400% no preço do transporte marítimo).

Aqui chegados e com eleições legislativas à porta, impõe-se, a nosso ver, a seguinte pergunta: o que esperar da nova equipa governativa que irá tomar posse no próximo mês de março e quais devem ser as prioridades do próximo orçamento de Estado e do conjunto de organismos públicos que dele dependem, perante este cenário de contínua imprevisibilidade e significativo aumento de fatores de risco, dentro e fora do nosso país?

O propósito desta edição é levar-nos a refletir sobre estas questões e, fundamentalmente, dar oportunidade aos nossos associados de expressarem quais as suas preocupações e as suas expectativas perante este novo ciclo político que se avizinha. Ciclo esse que, convém recordar, surge na antecâmara de eleições para o parlamento europeu e novas nomeações para os altos cargos das instituições comunitárias, a que se juntam eleições presidenciais norte-americanas, às quais não seremos evidentemente imunes. Será que podemos estar finalmente perante um ponto de viragem ou apenas no início de uma nova onda de agitação e ingovernabilidade?

Enquanto associação empresarial secular que somos, temos a plena consciência de que as respostas para os problemas estruturais que o país enfrenta não podem depender, apenas e só, do crescimento anémico da nossa economia. É cada vez mais urgente uma visão estatal e de compromisso interpartidário que pense no desenvolvimento do nosso país a longo prazo, tendo em conta o mundo globalizado em que vivemos, e que não se limite meramente a resolver os problemas desta ou daquela classe.

Da nossa parte podem contar com uma associação responsável e proativa que continuará a defender e a promover os benefícios da atividade económica local e da qualificação do seu capital humano, fazendo ver aos nossos governantes, de forma construtiva, quais os incentivos prioritários para a criação de um ambiente empresarial saudável e frutífero.

É justamente nestas alturas que se exige que o Estado seja uma garantia de estabilidade e um exemplo na utilização eficiente dos seus recursos, não contribuindo ainda mais para adensar os graves condicionalismos da conjuntura atual.

Em boa verdade, se o Estado não fizer o suficiente para ser parte da solução, acabará por ser, inevitavelmente, parte do problema.

INPUT

DO ASSOCIADO



Empresários de Penafiel apontam para medidas fiscais e laborais para o novo ciclo político que permitam o crescimento das empresas



Cidália Ferreira (Opticalia)

Desde 7 de outubro de 2023 que a vida política nacional se encontra conturbada com a queda do atual Governo em funções, que se encontra em gestão até às eleições de 10 de março de 2024.

Desde então, os partidos políticos têm vindo a apresentar novas ideias, mostrando à sociedade como tencionam mudar o rumo da economia e da vida social do país. Da esquerda à direita, muitos são os argumentos que têm vindo a ser tornados públicos e que terão impacto no resultado das eleições legislativas.

Um novo Governo trará, certamente, uma nova forma de pensar o país e essas mudanças irão impactar, essencialmente, na sua vida económica e social que enfrenta várias dificuldades internas: educação, saúde, justiça, habitação e falta de mão-de-obra; e outras, de cariz mais económico, resultantes dos acontecimentos externos, como as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza.

Nesse sentido, a revista #Input da Associação Empresarial de Penafiel (AEP) quis ir ouvir as opiniões e sugestões dos seus empresários associados para saber o que o novo Governo deverá implementar assim que chegue ao poder. Ou seja, procurar averiguar as necessidades de quem vive diariamente a lutar por um melhor país, com melhores condições e perspectivas de evolução de negócio.

Cidália Ferreira, empresária no setor ótico e representante da associada Opticalia, há mais de 20 anos, considera que

seria premente existir **“investimento em infraestrutura para melhorar a logística e reduzir custos operacionais para as empresas, como também, o estímulo à inovação e à digitalização das empresas, oferecendo apoio financeiro e consultoria especializada.”** Considera ser importante a **“promoção do comércio exterior, facilitando a exportação de produtos e serviços através de acordos comerciais e apoio às empresas na entrada em novos mercados, a capacitação e formação profissional para garantir que as empresas tenham acesso a mão de obra qualificada; uma redução da burocracia e simplificação dos processos regulatórios para facilitar a abertura e operação de empresas, bem como a promoção de parcerias público-privadas para estimular investimentos em setores estratégicos da economia”**.

“

Deviam ser criados incentivos fiscais para pequenas e médias empresas, como redução de impostos ou isenções temporárias para novos negócios e facilitar o acesso ao crédito bancário para empresas

”

Ao nível da política fiscal, a empresária, assume que deviam ser criados **“incentivos fiscais para pequenas e médias empresas, como redução de impostos ou isenções temporárias para novos negócios, como, também, facilitar o acesso ao crédito bancário para empresas, especialmente as de menor porte, através de linhas de crédito específicas e garantias do Estado”**.

Também neste campo, Luciana e Álvaro Magalhães, gerentes da empresa Centrocor - Comércio de Tintas e Ferramentas, Lda, consideram importante e necessária **“a criação de regimes fiscais especiais para startups, empresas inovadoras e empresas em zonas de desenvolvimento regional pode ser um importante incentivo para o crescimento e a criação de emprego”**.

Já no que toca à evolução e incorporação de valor acrescentado nos bens e serviços das empresas, os empresários não têm dúvida que é importante que no novo ciclo político se aposte em medidas que passem pela profissionalização da mão de obra e apoio ao investimento tecnológico.



Luciana Magalhães, Álvaro Magalhães e Ângelo Magalhães (Centrocor)

“

A criação de regimes fiscais especiais para startups, empresas inovadoras e empresas em zonas de desenvolvimento regional pode ser um importante incentivo para o crescimento e a criação de emprego

”

“A inovação é fundamental para a competitividade das empresas no mercado global. O aumento do investimento público em investigação e desenvolvimento, a criação de incentivos fiscais à inovação e a promoção da transferência de tecnologia entre universidades, centros de investigação e empresas são medidas essenciais para estimular a inovação nas empresas portuguesas. A par da inovação, a qualificação dos trabalhadores é outro fator determinante para o sucesso das empresas. O investimento na formação profissional para qualificar os trabalhadores para as novas exigências do mercado é crucial para garantir a competitividade das empresas portuguesas”, afirmaram os gerentes da Centrocor.

O investimento na formação profissional dos mais jovens e as fracas perspetivas de uma carreira profissional promissora, levam a um tema preocupante e que tem sido descurado por sucessivos Governos: fixar o talento jovem em Portugal, uma vez que nos encontramos, de novo, com taxas altas de emigração nesta faixa etária, diminuindo a mão de obra qualificada no país.

“

O investimento na formação profissional para qualificar os trabalhadores para as novas exigências do mercado é crucial para garantir a competitividade das empresas portuguesas

”

Nesse sentido, os empresários do concelho de Penafiel consideram importante haver investimento em medidas dirigidas aos jovens para que se sintam motivados a se fixarem nas empresas locais, com ***“salários dignos e perspetivas de carreira. A melhoria das condições de vida, através do acesso à habitação, saúde, educação e outros serviços essenciais, também é fundamental para tornar o país mais atrativo para os jovens. O apoio ao empreendedorismo jovem através de programas de financiamento e incubação de empresas pode ser importante para a criação de emprego e para a fixação dos jovens no nosso país. Estabelecer incentivos fiscais para empresas que contratem e retenham talento qualificado em Portugal, reduzindo os encargos fiscais associados à contratação de profissionais altamente qualificados”***.

Outro dos temas que os empresários pedem atenção ao novo Governo e que entendem ser de grande importância é a questão da coesão territorial.

Sendo a região do Tâmega e Sousa uma região tendencialmente de interior, os empresários destacam a necessidade de investimento em ***“infraestruturas, incentivos ao desenvolvimento regional, valorização dos recursos endógenos, melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da coesão social”***, assumem Luciana e Álvaro Magalhães.

“

A melhoria das condições de vida, através do acesso à habitação, saúde, educação e outros serviços essenciais, também é fundamental para tornar o país mais atrativo para os jovens

”

Para Cidália Ferreira é importante que ***“se implementem políticas de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável, promovendo a diversificação da economia e a fixação de população nas áreas rurais”***, o que vai ao encontro da opinião de José Cota, da empresa Playlife que considera que já ***“existe uma enorme oportunidade para os territórios do interior, que é a alteração da tendência demográfica. Acredito que medidas que incentivem à materialização da mesma (mais gente a deslocar-se e a fixar-se nos territórios do interior), tais como, apoios no acesso à habitação, de facilitação do acesso aos serviços de educação e saúde, de incentivos fiscais ao investimento em territórios do interior, poderiam ser medidas que direta e indiretamente ajudem a diminuir as desigualdades de oportunidade e acesso existentes”***.

“

é importante que se implementem apoios à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável, e a fixação de população nas áreas rurais

”



José Cota (Playlife Fitness Center)

Relativamente às políticas ambientais, os empresários estão atentos e despertos para a necessidade de redução da pegada ecológica, considerando ser extremamente necessário e urgente implementarem-se políticas para a descarbonização industrial bem como medidas práticas para o dia a dia das empresas.

“

Reduzir o consumo de recursos e a geração de resíduos, é também uma importante oportunidade para as empresas portuguesas inovarem e se tornarem mais competitivas

”

“A criação de incentivos fiscais e financeiros para a adoção de práticas energeticamente eficientes e menos poluentes, o apoio à transição para energias renováveis e o reforço da regulamentação ambiental são medidas essenciais para promover a sustentabilidade das empresas portuguesas. A promoção da economia circular, que visa reduzir o consumo de recursos e a geração de resíduos, é também uma importante

oportunidade para as empresas portuguesas inovarem e se tornarem mais competitivas”, avançam, garantindo estarem abertos às transformações, desde que o Governo crie condições para essa mudança rápida e necessária.

Para os empresários do concelho de Penafiel é notória a importância de repor a estabilidade no país, criando condições estruturais ao desenvolvimento da sociedade, por isso, não se esquecem da necessidade de se fortalecer alicerces fundamentais como a saúde, educação e justiça para que todos, com estabilidade social, possam contribuir para o desenvolvimento do país e das suas empresas.

É unânime que Portugal deve privilegiar a criação de valor e de riqueza, modernizar-se no que toca a novas metodologias de trabalho em todas as empresas, diminuindo custos, aumentando a produtividade e promovendo melhores condições para os ativos empregados.

Por fim, os empresários pretendem que Portugal possa continuar a ser mais competitivo dentro e fora de portas, com políticas fiscais e laborais que promovam o crescimento das suas empresas. É o que esperam do novo ciclo político: mudança e concretização.

INPUT

EVENTOS

Entrega de Diplomas Formação AEP



Área da Formação entrega Certificados e Diplomas de sete cursos EFA e dois de Sistema de Aprendizagem concluídos em 2023

A área da Formação da Associação Empresarial de Penafiel entregou mais de uma centena de Certificados e Diplomas aos formandos que terminaram os seus cursos EFA'S e Sistema de Aprendizagem em 2023.

A sessão decorreu no dia 9 de fevereiro no Auditório da instituição com a presença de formandos e familiares bem como representantes da AEP, da Câmara Municipal de Penafiel e da Junta de Freguesia de Penafiel.

Para dar as boas-vindas aos presentes, o Presidente de Direção da AEP, Nuno Brochado, deixou umas palavras de agradecimento à equipa de formadores, mediadores e técnicos da instituição que levaram a cabo o projeto de 12 cursos EFA's e dois Cursos de Sistema de Aprendizagem que terminaram no ano de 2023. ***“Só para os formandos que hoje celebram a conclusão de mais uma etapa na sua vida, foram envolvidas mais de 100 pessoas que ao longo de 27 mil horas conseguiram levar a bom porto todos quantos aqui hoje recebem a certificação. Parabéns a todos os envolvidos e em particular a todos que concluíram o seu percurso. Peça-vos que sejam os nossos embaixadores para fortalecer a nossa instituição”***, ressaltou.



O Presidente da Direção destacou, ainda, o papel importante das entidades que apoiam no desenvolvimento destes projetos, como é o caso do IEFP e da Junta de Freguesia de Penafiel que permitiu que alguns dos cursos fossem lecionados nas instalações cedidas pela Junta.



A sessão contou com o testemunho de duas formandas que partilharam com os presentes a sua satisfação por terem optado pela AEP para progredir nos seus estudos. No caso de Paula Vieira, formanda adulta do Curso Técnica de Ação Educativa, destacou a possibilidade de o curso incluir muitas horas de estágio, facto que a preparou para após a conclusão do curso poder ingressar no mercado de trabalho na área de formação.

Para Iria Ribeiro, formanda do curso Técnico/a de Auxiliar de Saúde, a sua passagem pela Formação da AEP fê-la perceber que podia ir mais longe e hoje é estudante do curso superior de enfermagem.

Dois testemunhos que muito elevam a área da Formação da AEP e que demonstram que os jovens e adultos podem confiar nos técnicos e formadores da instituição para aumentarem as suas qualificações, nomeadamente com cursos de cariz profissional, seja para mais facilmente integrarem o mercado de trabalho, seja para continuarem o seu percurso educativo.

No final, feitas as contas do ano de 2023, a AEP certificou mais de 100 formandos jovens e adultos, bem como apoiou outras entidades formadoras com mais três cursos também eles já concluídos e certificados.

A sessão contou, ainda, com a música de Gledson Moreira que colocou o público animado e num ambiente de confraternização e alegria.



INPUT

ECONÓMICO

Empresas e Projetos AEP



A carga fiscal: baixar para se subir!

A estabilidade é um fator fundamental para que os empresários possam fazer um planeamento da atividade da sua empresa e, em particular, saberem com o que podem contar ao nível dos custos que irá incorrer no desenvolvimento dessa mesma atividade.

O aproximar de um novo ciclo político que emana dos resultados de um ato eleitoral traz, por si só, a incerteza quanto a um certo número de variáveis com que um empresário se tem de deparar. E, independentemente das preferências partidárias e/ou ideológicas com que cada um se identifica, uma coisa é certa: não há nenhum empresário que não defenda a descida da carga fiscal!

Por definição ideológica, o imposto é “uma prestação pecuniária, coativa e unilateral, exigida por um ente público, com a finalidade de obtenção de receita”. Do ponto de vista empresarial, imposto é a subtração de um rendimento que resulta do trabalho e da poupança.

No início de março deste ano, Portugal terá mais um ato eleitoral do qual deverá sair um novo Governo para uma nova legislatura e, focando a nossa perspetiva no ponto de vista fiscal, importa defender uma alteração profunda no panorama da tributação às empresas, uma vez que, de acordo com o ranking da competitividade fiscal de 2023 da Tax Foundation e do Instituto +Liberdade, o imposto sobre as empresas (IRC) em Portugal é o segundo mais elevado

entre todos os 38 países que compõe a OCDE, em que a taxa estatutária máxima pode chegar aos 31,5% (em Portugal, aos 21% de IRC aplicado aos negócios residentes, somam-se a derrama municipal de 1,5% e a derrama estadual que pode atingir os 9%). Só a Colômbia supera Portugal com uma taxa máxima de 35%, sendo que a média combinada do imposto da OCDE é de 23,6%, enquanto a taxa combinada para os países europeus da OCDE é de 21,7%.

Por outro lado, e se consideramos que o rendimento nacional bruto em Portugal é 23% inferior à média dos 27 países europeus da OCDE e que Portugal é o 7.º país mais pobre desta região e o que tem a taxa estatutária máxima de IRC mais elevada, parece uma inevitabilidade (ou mesmo uma fatalidade!) que as assimetrias entre Portugal e esses países continuem a aumentar e que ficaremos com um fosso de desenvolvimento cada vez maior, na cauda da Europa.

A título de exemplo, todas as economias da Europa de Leste pertencentes à OCDE têm taxas estatutárias abaixo da média europeia e são essas as economias com as quais Portugal cada vez mais concorre. Irlanda, Lituânia e Hungria são os países que têm as taxas estatutárias de IRC mais baixas e, desses países de Leste, a Eslováquia é o que tem a taxa mais elevada, mas não passa de 21%, mais de 10 pontos percentuais abaixo de Portugal.

Ou seja, se não fosse já suficiente Portugal ser dos países mais pobres da OCDE, ainda é aquele que tem uma carga fiscal mais elevada, o que, de forma conjugada, penaliza

fortemente as nossas empresas ao nível do posicionamento no mercado internacional.

Não se pretendendo neste artigo analisar com detalhe outros tipos de tributação fiscal, importa ainda assim referir que a tributação ao nível dos rendimentos singulares (salários e pensões), do consumo, da propriedade e tributação internacional é igualmente das mais altas da OCDE, o que implica, necessariamente, que a economia Portuguesa tenha de se superar para competir com a de outros países por força da baixa competitividade do nosso sistema fiscal, que é o quinto pior classificado nas cinco áreas fiscais mencionadas e, conforme referido, ao nível das empresas, é o segundo pior!

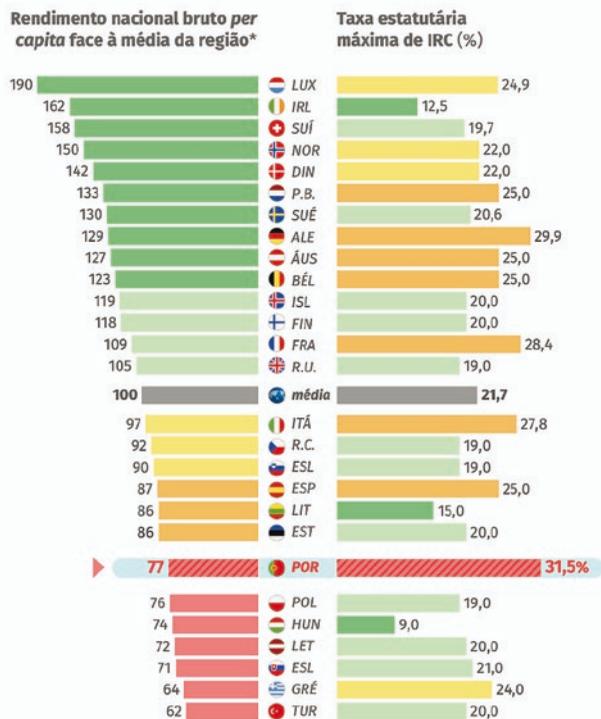
Apesar das sucessivas revisões da política fiscal e das reformas implementadas, Portugal continua a apresentar uma elevada "complexidade do imposto", sendo o segundo país com mais taxas separadas de IRC (quatro diferentes taxas), empatado com a Coreia do Sul, sendo apenas superado negativamente pela Costa Rica, com cinco tipos de taxas.

Poderá parecer esta análise mais uma repetição de lamentos que, reiteradamente, os nossos empresários vêm fazendo mas, no essencial, pretende abordar e trazer à colação uma problemática estrutural da economia nacional que enfraquece a sua competitividade perante o exterior e que, sucessivamente, os vários Governos não têm conseguido reverter.

Era importante, de uma vez por todas, assistir a uma inflexão na forma como essas "prestações pecuniárias, coativas e unilaterais, exigidas por um ente público, com a finalidade de obtenção de receita" são aplicadas às empresas, sob pena de, se tudo assim continuar, o tecido empresarial português ficar cada vez mais debilitado e menos competitivo.

Benjamim Franklim popularizou a expressão de que "nada é mais certo neste mundo do que a morte e os impostos", mas que não sejam os segundos a tirar-nos tanta qualidade de vida!

Baixassem os impostos e quanto subiria a nossa competitividade!



Fontes de Dados: Tax Foundations / OCDE



Fontes de Dados: Tax Foundations / OCDE

INPUT

JURÍDICO

Jurídico AEP



A Autoridade para as Condições do Trabalho e os prestadores de serviços

Como é do conhecimento de muitos empresários, e mesmo de empresários em nome individual, no passado dia 02/02/2024 o ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho, enviou um e-mail pelo qual informa a empresa destinatária do e-mail que, por cruzamento de informação, apurou a existência de prestadores de serviços cuja facturação no ano de 2022 para a empresa que recebe o e-mail é superior a 80% de toda a facturação desse prestador de serviços.

Nesse caso o ACT entende que a dependência económica numa só entidade é um dos indicadores da existência de uma relação de trabalho por conta de outrem, e que, a «confirmar-se a existência de trabalho dependente, ou seja, por conta de outrem, deve, até ao dia 16 de fevereiro de 2024, regularizar o vínculo laboral».

O Código do Trabalho, no seu art.º 12.º estabelece que se presume haver uma relação de trabalho quando na relação entre a pessoa que presta uma actividade e outra ou outras que dela beneficiam, se verificarem algumas das seguintes características:

- A)** A actividade seja realizada em local pertencente ao seu beneficiário ou por ele determinado;
- B)** Os equipamentos e instrumentos de trabalho utilizados pertençam ao beneficiário da actividade;

C) O prestador de actividade observe horas de início e de termo da prestação, determinadas pelo beneficiário da mesma;

D) Seja paga, com determinada periodicidade, uma quantia certa ao prestador de actividade, como contrapartida da mesma;

E) O prestador de actividade desempenhe funções de direcção ou chefia na estrutura orgânica da empresa.

Não constando assim deste elenco a “dependência económica” referida pelo ACT. Mesmo quanto aos indicadores do art.º 12.º a Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça tem indicado que há excepções a ter em conta.

Assim, em conclusão, pode-se demonstrar que se está perante uma relação que não é laboral se for possível demonstrar que não se reúnem os pressupostos previstos pelo art.º 12.º do Código do Trabalho.

É importante referir que o art.º 12.º do Cód. do Trabalho estipula que constitui contra-ordenação muito grave imputável ao empregador a prestação de actividade, por forma aparentemente autónoma, em condições características de contrato de trabalho, que possa causar prejuízo ao trabalhador ou ao Estado, já a coima pode variar entre os € 2.040,00 e os € 61.200,00.

Do e-mail enviado pelo ACT também resulta que essa entidade pode proceder com inspecções para verificar se a situação referida devia ter sido regularizada ou não. Aplicando nesses casos o que decorrer da lei.

INPUT

FORMAÇÃO

Formação não Financiada

Inscrições Abertas para cursos da Formação não Financiada com início em Março de 2024

A Formação não Financiada vem dar resposta a quem procura uma especialização em determinada área e são cursos de curta duração com custos financeiros para os participantes.

Mais informações e inscrições em: www.aepenafiel.pt

PRIMEIROS SOCORROS - TIPOS DE ACIDENTES E FORMAS DE ATUAÇÃO

Este curso visa preparar os participantes para reconhecer as técnicas de primeiros socorros em caso de acidente e identificar as formas de atuação perante os diferentes tipos de acidentes.

Destinatários: Empregados de todos os setores empresariais

Horário Pós-Laboral (40h)



AMBIENTE, SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO - CONCEITOS BÁSICOS

Este curso tem como objetivo dotar os participantes de competências técnicas para identificar os principais problemas ambientais, explicar os conceitos relacionados com a segurança, higiene e saúde no trabalho bem como promover a aplicação de boas práticas para o meio ambiente. Ainda, reconhecer a sinalização de segurança e saúde e saber explicar a importância dos equipamentos de proteção coletiva e de proteção individual.

Destinatários: Empregados de todos os setores empresariais

Horário Pós-Laboral (25h)



AGENTES, CORRETORES DE SEGUROS OU MEDIADORES DE RESSEGUROS (RAMOS VIDA E NÃO VIDA)

Este curso tem como objetivo dotar os participantes de competências técnicas para o exercício da função de Agentes, Corretores de Seguros ou Mediadores de Resseguros (Ramos Vida e Não Vida), dando assim, cumprimento à Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro, na versão republicada pela Norma Regulamentar n.º 12/2022-R, de 29 de novembro, e ao Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de Resseguros (RJDSR), aprovado em anexo à Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro.

Destinatários: Candidatos a Agentes, Corretores de Seguros ou Mediadores de Resseguros (Ramos Vida e Não Vida) detentores da escolaridade mínima obrigatória.

Horário Pós-Laboral (132h)



INPUT

CENTRO QUALIFICA

Testemunhos de Formandos

Centro Qualifica da Associação Empresarial de Penafiel muda vida profissional de adultos que escolhem a equipa para investir na sua formação

Todos os anos a equipa do Centro Qualifica da AEP tem ajudado dezenas de adultos a alcançarem objetivos profissionais através da sua formação. Novos níveis de ensino são alcançados e com isso novos desafios e objetivos profissionais tornam-se realidade.

Esse trabalho é contínuo e pode apoiar os colaboradores das empresas a atingirem novos níveis de formação. Contacte o Centro Qualifica da AEP para apoiar os seus funcionários a investirem na sua formação.

Testemunho do Formando António Machado

“Terminei o processo de RVCC no Centro Qualifica da AEP e, por esse motivo, gostaria de agradecer a toda a equipa que me acompanhou, a ajuda, a atenção e o cuidado que tiveram no desenvolvimento do meu portefólio para a conclusão do processo. Um agradecimento especial à técnica, a Dra. Sónia Silva, e a todos os meus formadores.”

A conclusão desta etapa foi muito importante para mim, quer a nível pessoal quer profissional. Gostei muito da experiência, recomendando-a a todas as pessoas que queiram evoluir na sua carreira, pois poderá ser uma mais-valia na nossa vida profissional. Obrigado a todos!”



Testemunho da Formanda Esmeralda Silva

“Concluí o processo de RVCC no Centro Qualifica da AEP. Foi uma excelente oportunidade para me abrir novas portas a nível profissional e, não menos importante, uma forma de iniciar um novo caminho a nível pessoal. Quero, por isso, agradecer a toda a equipa de formadores e ao Centro Qualifica, em especial à Dra. Sónia Silva, pela forma como me orientaram ao longo de todo o processo.”

Recomendo vivamente esta experiência a todas as pessoas que queiram evoluir não só profissionalmente, mas também desbloquear novos percursos de vida. Obrigada!”



INPUT

ERASMUS +

Projeto "Waste Warriors"

YE

YOUTH EXCHANGE

ERASMUS+

Formandos da Associação Empresarial de Penafiel vão participar no Projeto Waste Warriors: "Rumo a um Futuro Sustentável e Consciente"

Num mundo em rápida mutação, é necessário adaptarmo-nos a condições em constante mudança.

A gestão inadequada dos resíduos é um desafio global. As projeções atuais mostram um aumento alarmante da produção de resíduos, que passará de 2,24 mil milhões de toneladas em 2023 para quase 3,88 mil milhões de toneladas em 2050.

A partir deste mote, a AEP vai participar no projeto "Waste Warriors", um programa financiado pelo Erasmus+ Youth, que envolverá seis formandos num intercâmbio de jovens em Valência, Espanha, de 15 a 25 de abril. Este projeto promissor tem como objetivo proporcionar uma experiência multicultural enriquecedora para 36 jovens e 6 líderes juvenis, explorando a gestão de resíduos, empreendedorismo e criatividade.

O principal objetivo do projeto é capacitar os participantes para compreender e familiarizar-se com a gestão de resíduos, destacando como é possível integrar o empreendedorismo e a criatividade neste contexto. Durante o intercâmbio, os jovens da Roménia, Portugal, República da Macedónia do Norte, Bulgária e Turquia terão a oportunidade de explorar maneiras de implementar práticas sustentáveis nas suas comunidades, desenvolvendo seis ideias de negócios verdes voltadas para transformar os resíduos em produtos úteis.

Além disso, como parte do projeto, os participantes serão desafiados a participar em "The Green Impact 30-Day Challenge: Elevate Your Environmental Friendliness". Este desafio consistirá num guia diário de práticas sustentáveis, destinado a promover comportamentos mais conscientes em relação ao meio ambiente. Esta iniciativa procura, não apenas educar os participantes, mas também incentivar a aplicação prática de hábitos sustentáveis nas suas vidas quotidianas.

A participação neste projeto reflete o compromisso contínuo com a educação, consciencialização ambiental, desenvolvimento sustentável e empreendedorismo da AEP. Acreditamos que investir na formação e capacitação dos jovens é fundamental para construir uma sociedade mais consciente e responsável em relação aos desafios ambientais que enfrentamos.

Estamos entusiasmados com a oportunidade de colaborar com outras organizações europeias neste intercâmbio. Acreditando que o conhecimento adquirido e as experiências partilhadas durante o projeto "Waste Warriors" terão um impacto duradouro nas comunidades envolvidas.

Juntos, podemos criar soluções inovadoras para a gestão de resíduos e inspirar práticas sustentáveis em todo o mundo.

Youth Exchange about Entrepreneurship and Waste Management



ASSOCIAÇÃO
EMPRESARIAL
DE PENAFIEL

JUNTE-SE A NÓS

E BENEFICIE DE APOIOS AO SEU NEGÓCIO

**Apoio
Empresarial**

**Formação
Profissional**

**Centro
Qualifica**

Saiba mais em: www.aepenafiel.pt / 255 718 020 (*4)



DESDE 1892 A CRESCER CONSIGO